

GESTÃO, AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Valdecir Soligoⁱ

<http://orcid.org/0000-0003-2618-009X>

Adrian Alvarez Estradaⁱⁱ

<http://orcid.org/0000-0002-0980-8925>

A Reforma do Aparelho do Estado no Brasil na década de 1990 é resultado das mudanças que ocorrem nos mercados globalizados a partir dos anos de 1980. Essas mudanças trazem como consequência para o Brasil uma crise fiscal, que fora usada como justificativa para as reformas que seriam implantadas no futuro.

Dessa forma, passa-se a exigir a redefinição do papel político e econômico do Estado mediante a sociedade, segundo o pensamento liberal. Esta redefinição do papel do Estado no modelo de administração pública é chamada por Bresser Pereira (2005), de modelo “gerencial”. A definição desse modelo gerencial é expressa no “Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995”, como sendo o modelo pós-burocrático a ser implantado no país.

A partir desse prisma, a gestão educacional no Brasil também passa por modificações conforme consta no Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe – PRELAC. Esse modelo educacional foi sendo elaborado a partir das orientações dos organismos internacionais, como o CEPAL e as interpretações da Conferência de Jomtien, realizada em 1990. Nesta conferência, nascem os Planos Decenais da Educação, na qual a educação passa a ser pensada como uma estratégia para os países se inserirem no mundo globalizado, na qual a gestão escolar tem um papel fundamental de através do modelo gerencial, criando estratégias para a eficiência e eficácia da educação, com um discurso apelativa sobre a promoção da autonomia da escola.

Na Reforma do Estado, a educação passa a ser um elemento central, tanto no que diz respeito ao financiamento, quanto as orientações curriculares e ao sistema de avaliação e controle. Assim, com o discurso visando à melhoria da qualidade da educação, à



avaliação em larga escala passa a ocupar papel de destaque no cenário das políticas educacionais, implicando na gestão da educação em seus diferentes níveis e modalidades. Nessa perspectiva à avaliação em larga escala passa a ser uma exigência do sistema educacional com forte influência dos organismos internacionais, compondo a Reforma do Estado Brasileiro e desencadeando inúmeras outras preocupações.

A década de 1990 foi marcada pelo crescimento do sistema educacional no Brasil e pelo desenvolvimento mais sistemático das avaliações em larga escala. Castro (2009), explica que na década de 1990 foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Uma avaliação em larga escala que considera o desempenho acadêmico e fatores associados ao rendimento escolar, realizada a cada dois anos e aplicada aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio.

Conforme Werle (2011) é no ano de 1995 que o sistema de Avaliação ganha cara nova e força com os empréstimos do Banco mundial.

Cabe ressaltar que, no final do ano de 1996, a Lei Nº. 9.394 (BRASIL, 1996) é promulgada, reafirmando o papel da avaliação externa e tornando imperativo o processo de avaliação, exigindo sua universalização, conforme Artigo 87.

A avaliação externa, conforme Machado (2012, p.71) é “todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar”. As avaliações em larga escala não ficam restritas à dimensão da escola, vão além, atingindo em seus objetivos os sistemas escolares. E podem contribuir para diagnosticar a educação pública no país e oferece instrumentos para avaliar as políticas públicas educacionais.

Para alguns autores as avaliações externas podem ser um importante instrumento para implementação de políticas educacionais, conforme afirma Franco, Bonamino e Alves:

Ainda que a avaliação nacional tenha importantes limitações para a investigação de efeitos causais, é inegável que os dados da avaliação em larga escala oferecem oportunidade ainda ímpar para que se investiguem empiricamente as



consequências de políticas e práticas educacionais (FRANCO, BONAMINO; ALVES, 2007, p. 1004).

O gestor escolar, sem desconsiderar os limites e intencionalidades das avaliações em larga escala, pode orientar reflexões com a comunidade escolar, proporcionando ações democráticas que buscam melhorar as condições de ensino e aprendizagem, sendo os resultados deste sistema de avaliação possíveis indicadores de gestão da educação.

O IDEB é um dos principais parâmetros usados no Plano Nacional de Educação (2014-2024), composto por vinte metas de qualidade da educação brasileira, sendo que a sétima meta pretende que até 2024, todas as escolas de educação básica obtenham média 6.0 enquanto sinônimo de melhoria e de qualidade da educação. O uso do IDEB como sinônimo de qualidade, indica que, por vezes, este sistema avaliativo é utilizado de forma incorreta ou superficial, pois, os dados coletados pela Prova Brasil/Prova Saeb, são parciais, apresentado os resultados obtidos em parte de duas áreas apenas, a saber, leitura em Língua Portuguesa e resolução de problemas matemáticos.

Os dados das avaliações em larga escala, apontam para um árduo trabalho dos profissionais de educação em todas as etapas e seguimentos, para que estes consigam estabelecer estratégias eficientes, identificando as reais necessidades em que os planejamentos sejam baseados no contexto da realidade escolar. Para isso, gestores, professores e alunos precisam ser protagonistas, ao tempo que as pesquisas progridem na compreensão, melhoria e crítica do sistema.

O Dossiê objetiva reunir estudos diversificados sobre gestão, avaliação e qualidade da educação, que contribuam com a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos da área e que fomentem novas investigações.

Desta forma passamos a apresentar o conjunto de texto que compõem o Dossiê Gestão, Avaliação e Qualidade da Educação:

O primeiro texto intitulado **“Democratização da gestão escolar pública no Brasil: concepções, marcos regulatórios e perspectivas”** de autoria de Lenir Keller, Fernanda Figueira Marquezan e Elsbeth Léia Spode Becker, descreve e analisa a implementação da democratização na gestão escolar pública no Brasil a partir de bibliografias, análise documental e dados censitários, apresentando a trajetória histórica, às

Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 40, (2021) set./dez.2021. Ahead of Print.

DOI:10.17648/educare.v16i40.28633



concepções, os marcos regulatórios e as perspectivas futuras. O texto apresenta três seções principais onde constatou-se que, apesar da promulgação da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394 (1996), a gestão democrática na educação, no Brasil, ainda não se efetivou plenamente.

O **“Aspectos históricos da administração escolar no Brasil: aproximações”**, de Marinez Gasparin Soligo, Adrin Alvarez Estrada e Valdecir Soligo, apresenta parte do histórico da administração escolar no Brasil, objetivando contribuir com a análise da bibliografia produzida na área sobre às origens da gestão escolar e educacional brasileira. Como resultado apresentam indícios de permanências e rupturas no processo. As permanências, segundo os autores, estão vinculadas, principalmente, as influências externas, enquanto que as rupturas estão na evolução conceitual sobre a gestão da educação.

O terceiro texto dos autores Juliana Cristina Oliveira de Castro Silva e Paulo Roberto Prado Constantino, apresenta o Conselho dos Representantes dos Conselhos de Escola, um órgão colegiado instituído na cidade de São Paulo, com o objetivo de demonstrar possibilidades para o fortalecimento da gestão democrática da escola pública, por meio do estímulo à participação e representação social. A pesquisa de cunho documental e de caráter descritivo apresenta e discute o funcionamento deste organismo, o percurso trilhado até sua regulamentação, suas relações intra e extraescolares e sua consonância com os Planos Decenais de Educação em vigência. Como resultado indicam que a apreciação destas informações pode inspirar outras escolas e sistemas de ensino no desenvolvimento de uma gestão escolar democrática, plena em participação social. O título do artigo é **“CRECE: a busca pelo fortalecimento da gestão democrática da escola pública na cidade de São Paulo”**.

O texto **“Cenários da educação municipal: perspectiva da gestão democrática”** de autoria dos pesquisadores Almir Paulo dos Santos, Rosimar Serena Siqueira Esquinsani e Simone Piletti Viscarra, discute gestão na educação básica e gestão democrática no âmbito da educação municipal. O estudo identifica práticas de gestão democrática na rede municipal de ensino, na construção coletiva, na participação e na concretização das ações propostas pela gestão. Com metodologia de cunho qualitativo e com coleta de dados através de questionário estruturado aplicado à gestores da rede de ensino. O estudo evidencia práticas democráticas de gestão na formulação de políticas de educação



municipal e em ações conjuntas entre a secretaria municipal de educação e as gestões escolares.

O quinto texto deste Dossiê é de autoria de Dayse Renata da Silva e Paulo Roberto Prado Constantino, com o título **“O conselho escolar nas políticas educacionais municipais: perspectivas de gestão democrática nos documentos oficiais de GUARULHOS-SP”**, ao investigar o Conselho Escolar destaca a possibilidade de este seja um instrumento facilitador da participação popular na gestão das escolas públicas municipais do município de Guarulhos-SP. Os autores afirmam que os conselhos escolares são espaços institucionais constituídos por diferentes atores da comunidade interna e externa, que tratam de diversos assuntos educacionais e buscam tomadas de decisões coletivas, visando a qualidade do ensino e os resultados de aprendizagem.

No texto **“Uma análise crítica da avaliação externa diante da mercantilização da educação”**, Cristiane Alves Cardoso e Valdivina Alves Ferreira analisam a relação entre avaliação externa e qualidade educacional diante da mercantilização da educação. Estimulam a reflexão sobre a avaliação externa no sistema educacional contemporâneo e a importância de uma formação crítica e humanista para se alcançar a qualidade almejada.

O artigo **“Usos dos resultados do SARESP na produção de conhecimento publicado em periódicos científicos nacionais (1996-2018)”** dos autores Regilson Maciel Borges, Gustavo de Jesus Sampaio e Maria Aparecida Municardi Corte, apresenta resultado de análise da produção de conhecimento sobre os usos dos resultados do SARESP, publicada em periódicos científicos nacionais no período compreendido entre 1996 a 2018. Os dados revelam que os usos dos resultados do SARESP são direcionados para “ações”, “divulgações”, “trabalho docente”, “culpabilização”, “bonificação”, “planejamento”, “direcionamento do currículo”, “controle das autoridades” e “capacitação docente”. Os autores indicam que os resultados das avaliações externas ainda precisam de uma reflexão mais aprofundada por todos os interessados no processo educativo.

Os pesquisadores Alessandra Marcos de Aguiar e Odaléa Feitosa Vidal no artigo **“Os avanços de uma escola integral nas avaliações externas: impactos qualitativos na educação dos estudantes”** analisam o crescimento dos resultados acadêmicos apresentados por uma escola integral de ensino médio no estado de Pernambuco e seu reflexo na comunidade escolar. A pesquisa fez uso de abordagem qualitativa, por meio da metodologia da pesquisa-ação, e participação de grupo focal na coleta de dados. Como resultado do estudo, os



autores identificaram que os investimentos da secretaria de educação do estado, contribuíram significativamente para os resultados educacionais positivos no que se refere à aprendizagem dos estudantes, os quais poderão subsidiar futuras ações de gestão na educação.

Em **“Qualidade em educação: concepções, categorias e indicadores na sua avaliação”**, Lúcia Regina Goulart Vilarinho e Ligia Silva Leite apresentam revisão da literatura realizada sobre as concepções de qualidade. As autoras aprofundam o debate em três vertentes: no campo da produção; em uma visão abstrata e na sua relação com a educação. Trata-se de um artigo teórico, que envolveu esforço de busca e reflexão sobre a questão da qualidade, mais especificamente da sua relação com a educação, e que evidencia a importância dos processos avaliativos e como eles podem ser conduzidos no contexto escolar.

Já os pesquisadores Sanny da Silva Rosa, Mércia Leiza Maia, William Santos Nascimento e Xirlaine dos Anjos Sousa com o artigo **“Qualidade da educação e desafios da gestão escolar na construção do currículo no ABC Paulista”** discutem os desafios de gestores escolares frente às inconsistências das orientações curriculares dos sistemas públicos de educação básica de Diadema e Ribeirão Pires. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, incluindo análise de documentos e procedimentos da pesquisa-ação colaborativa. A conclusão apresentada pelos autores é que o currículo deve ser construído em parceria com a comunidade escolar para melhor atender aos seus anseios.

No texto intitulado **“A centralidade no debate sobre a qualidade social da educação: a produção do conhecimento (2009 – 2019)”** Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura e Berenice Corsetti apresentam os movimentos de produção da pesquisa acadêmica sobre a temática da “qualidade social da educação”, a partir da produção bibliográfica de distintas comunidades de pesquisa (Nacionais e Internacionais) entre os anos de 2009 e 2019. Os resultados da investigação apontam para a complexidade do entendimento do fenômeno da “qualidade social da educação”, evidenciando a sua natureza latino-americana, onde o Brasil aparece liderando os rankings de produção do conhecimento relacionado à temática.

Elisa Antonia Ribeiro e Olenir Maria Mendes no artigo **“Autoavaliação institucional: mecanismo irrenunciável do processo de organização do trabalho pedagógico-administrativo”** analisam a epistemologia da avaliação da educação superior no Brasil a partir dos anos 90. Como resultado, apontam a lógica emancipatória



como condição precípua para um projeto educacional, de uma nação resguardada pelos princípios de universalização do acesso e garantia de uma educação referenciada na qualidade social.

Andreia Gomes da Cruz e Aline de Carvalho Moura com o artigo **“A criação da CAPES como agência de fomento no Brasil e seu papel no processo de formação de professores”**, trazem para o debate as políticas de formação de professores à partir de discussão que articula a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como agência de fomento no Brasil e seus papéis institucionais no processo de avaliação. As autoras apresentam apontamentos sobre os projetos e políticas desenvolvidas pela CAPES no intuito de pensar os impactos nas políticas educacionais e a forma como se propõe à discutir à formação de professores.

O artigo **“Educação integral e trabalho docente no Ensino Médio de Pernambuco”** dos pesquisadores Pedro Henrique de Melo Teixeira, Maria Lucivânia Souza dos Santos e Katharine Ninive Pinto Silva, discute as condições de trabalho docente envolvidas no processo de implementação do Programa de Educação Integral (PEI) como uma política de educação integral na rede estadual de ensino de Pernambuco. Como recursos metodológicos utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados deste estudo mostram que tem ocorrido uma intensificação e precarização do trabalho docente no contexto da educação integral em Pernambuco.

Marcelo Conceição da Rocha Campos e Eliana do Socorro de Brito Paixão no artigo intitulado **“Avaliação da aprendizagem na Amazônia Amapaense: concepções de professores do ensino médio”** debatem as concepções de avaliação da aprendizagem para professores do Ensino Médio, de diferentes disciplinas, da Escola Estadual Maria Ivone de Menezes, localizada no bairro Cidade Nova, na cidade de Macapá/Amazônia Amapaense. O caminho metodológico da pesquisa seguido pelos autores foi delineado com abordagem qualitativa, coleta de dados realizada por meio de questionários aplicados aos professores das disciplinas: Língua Portuguesa, História, Artes, Sociologia, Química e Educação Física. Enquanto resultados revelam que não há mais lugar para uma avaliação pautada no exame do que o aluno aprendeu e que é preciso perceber à relevância de discutir sobre avaliação e o seu significado no âmbito do sistema de ensino, bem como acerca de instrumentos avaliativos utilizados e resultados alcançados, para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

A proposta do Dossiê Gestão, Avaliação e Qualidade da Educação foi de possibilitar um espaço de divulgação científica à partir de



concepções e espaços diferenciados da fala dos pesquisadores da área. Os textos apresentados revelam a pluralidade de temáticas e problemáticas que compõem o cenário do debate acadêmico sobre a gestão, avaliação e qualidade da educação na contemporaneidade. A organização do Dossiê buscou organizar uma sequência de artigos que produzisse um sentimento de diálogo costurado pelo escopo central da proposta, sem, no entanto se preocupar em demasia com o direcionamento, percepção teórica ou metodologia utilizada na construção dos estudos. Desta forma, disponibilizamos aos leitores um conjunto de textos de qualidade acadêmica que acreditamos que contribuirão para o avanço da caminhada em direção a uma educação de qualidade com entendimento e aprofundamento teórico e metodológico. Desejamos boa leitura.

REFERÊNCIAS:

- CASTRO, M. H. G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5- 18, jan./jun. 2009.
- FRANCO, Creso; BONAMINO, Alicia; ALVES, Fátima. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>. Acesso em 13 de outubro. 2021.
- MACHADO, Lourdes Marcelino. **Quem embala a escola? Considerações a respeito da gestão da unidade escolar**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. PNE. Meta 19**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 de set 2021.
- PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- WERLE, Flávia Obino Côrrea. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos



de operacionalização do ensino. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011 pág.775. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>. Acesso em: 13 dezembro 2021.

ⁱ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação no Campus de Cascavel. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Graduado em História e Pedagogia. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Escolar. E-mail: valdecir_soligo@yahoo.com.br

ⁱⁱ Professor Titular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação no Campus de Cascavel. E-mail: adrianalvarez.estrada@gmail.com

